

Meditações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a inclusão escolar

Meditations on Autistic Spectrum Disorder (ASD) and school inclusion

Meditaciones sobre el Trastorno del Espectro Autista (TEA) y la inclusión escolar

Recebido: 16/12/2021 | Revisado: 27/12/2021 | Aceito: 05/01/2022 | Publicado: 08/01/2022

Maria Fabiana Araújo da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1859-9678>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: fabysrt.04@gmail.com

Ana Kerly Oliveira de Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3661-0359>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: anakerlybrito@gmail.com

Antônia Laiana Araújo da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7784-5664>
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, Brasil
E-mail: laianaaraujo33@gmail.com

Lidiane Assunção Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2324-2702>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: lidy22aa@gmail.com

Patrícia Teixeira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7457-5961>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: patriciamelrylle@gmail.com

Antônia Flávia Silva Magalhães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1485-1813>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: flaviamagalhaes24@gmail.com

Fernanda Meneses Amaral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6439-6524>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: fenetonanda@gmail.com

Lia Naila Barbosa Rodrigues

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3023-8514>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: liarodrigues@aluno.uespi.br

Joanny de Sousa Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9895-749X>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: joannycerqueira@gmail.com

Maria Sorileide Costa Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5705-2803>
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: beatrizleda@hotmail.com

Resumo

Visto que o tema da inclusão é de extrema importância para a realidade da educação no Brasil e sabendo das diretrizes que certificam o acesso e a permanência da pessoa com deficiência em uma instituição escolar, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de inclusão do aluno autista e a importância do papel do docente no ensino-aprendizado desse estudante. O trabalho se trata de uma revisão de literatura, tendo como método a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, fazem parte da fundamentação teórica da pesquisa artigos, dissertações e livros que abordam a temática proposta e que foram selecionados nos bancos de dados Google Acadêmico, Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa mostra que o processo de inclusão de alunos autistas ainda acontece de forma muito lenta, sendo ainda algo desafiador para a escola. Além disso, é possível destacar que muitos professores ainda não conhecem as peculiaridades do educando autista e não entendem como trabalhar com esse público. O professor, como mediador do conhecimento, precisa aprofundar-se na temática da inclusão, desenvolvendo métodos para garantir a plena participação dos educandos autistas. Para isso, há alguns métodos disponíveis ao professor, que ajudam na comunicação e, conseqüentemente, na inclusão do estudante autista, dentre eles o TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação), PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), ABA (Análise Aplicada do Comportamento), Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), além de Tecnologias Assistivas eficientes. Por fim, conclui-se que

ainda há muito o que ser explorado e discutido na temática da educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Educação.

Abstract

Since the topic of inclusion is extremely important for the reality of education in Brazil and knowing the guidelines that certify the access and permanence of people with disabilities in a school institution, this study aims to analyze the process of student inclusion autism and the importance of the teacher's role in this student's teaching and learning. The work is a literature review, using bibliographic research as a method. In this sense, articles, dissertations and books that address the proposed theme and which were selected from the databases Google Academic, CAPES Periodicals and Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) are part of the theoretical foundation of the research. Research shows that the process of including autistic students is still very slow, and it is still challenging for the school. Furthermore, it is possible to highlight that many teachers still do not know the peculiarities of the autistic student and do not understand how to work with this public. The teacher, as a mediator of knowledge, needs to go deeper into the theme of inclusion, developing methods to ensure the full participation of students with autism. For this, there are some methods available to the teacher, which help in communication and, consequently, in the inclusion of the autistic student, among them the TEACCH (Treatment and Education of Children with Autism and Disadvantages in Communication), PECS (Communication System by Exchange of Figures), ABA (Applied Behavior Analysis), Information and Communication Technologies (ICTs), Augmentative and Alternative Communication (CAA), in addition to efficient Assistive Technologies. Finally, it is concluded that there is still much to be explored and discussed in the theme of inclusive education for students with Autistic Spectrum Disorder (ASD).

Keywords: Inclusion; Autism; Education.

Resumen

Dado que el tema de la inclusión es de suma importancia para la realidad de la educación en Brasil y conociendo los lineamientos que certifican el acceso y permanencia de las personas con discapacidad en una institución escolar, este estudio tiene como objetivo analizar el proceso de inclusión estudiantil del autismo y la importancia de la el papel del maestro en la enseñanza y el aprendizaje de este alumno. El trabajo es una revisión de la literatura, utilizando como método la investigación bibliográfica. En este sentido, los artículos, disertaciones y libros que abordan la temática propuesta y que fueron seleccionados de las bases de datos Google Academic, Publicaciones periódicas CAPES y Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones (BDTD) forman parte del fundamento teórico de la investigación. La investigación muestra que el proceso de inclusión de estudiantes autistas sigue siendo muy lento y sigue siendo un desafío para la escuela. Además, es posible destacar que muchos profesores aún no conocen las peculiaridades del alumno autista y no entienden cómo trabajar con este público. El docente, como mediador del conocimiento, necesita profundizar en el tema de la inclusión, desarrollando métodos que aseguren la plena participación de los estudiantes con autismo. Para ello, existen algunos métodos a disposición del docente, que ayudan en la comunicación y, en consecuencia, en la inclusión del alumno autista, entre ellos el TEACCH (Tratamiento y Educación de Niños con Autismo y Desventajas en la Comunicación), PECS (Sistema de Comunicación por Intercambio de Figuras), ABA (Análisis de Comportamiento Aplicado), Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), Comunicación Aumentativa y Alternativa (CAA), además de Tecnologías Asistivas eficientes. Finalmente, se concluye que aún queda mucho por explorar y discutir en el tema de la educación inclusiva para estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA).

Palabras clave: Inclusión; Autismo; Educación.

1. Introdução

Atualmente o termo “inclusão” tem ganhado mais espaço e discussão na sociedade, isso porque muitos são os casos de pessoas com deficiência. De modo geral, o nascimento de um bebê com deficiência ou a manifestação de alguma necessidade especial em um parente próximo, gera um grande desafio não só para a família como também para a sociedade que irá recebê-lo. Conhecer as características da criança autista é de grande importância para o atual contexto educacional. Segundo matéria do portal de notícias G1 (2019) “o número de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que estão matriculados em classes comuns no Brasil aumentou 37,27% em um ano”. A mesma matéria diz que o número de alunos com TEA na escola regular chegou a 105.842 em 2018.

Isso exige da comunidade escolar o conhecimento dessa deficiência e de suas características. Ademais, estar informado sobre as diretrizes e as políticas públicas que asseguram a inclusão dessas pessoas, é fundamental. Ao trabalhar com alunos autistas a escola tem as funções dobradas, pois além de estar trabalhando na educação do aluno sem necessidade especial, ela

tem o grande desafio de promover a inclusão da criança autista, respeitando sua identidade e fazendo com que se sinta parte do corpo escolar.

Se tratando da educação inclusiva voltada para o estudante autista, a atenção logo concentra-se sobre o professor, pois ele é o principal mediador de conhecimento, portanto, é um dos personagens fundamentais para o bom desenvolvimento do educando. Com isso, o referente trabalho busca responder os seguintes questionamentos: como deve ser o processo de inclusão do aluno autista? De que maneira o professor precisa ajustar sua prática pedagógica para garantir ao aluno com TEA um conhecimento oportunizado?

Desse modo, o presente estudo objetiva analisar o processo de inclusão do aluno autista e a importância do papel do docente no ensino-aprendizado desse estudante.

2. Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de pesquisa investiga os trabalhos já publicados, obras literárias e periódicos. O seu objetivo é permitir que o estudioso tenha contato com os materiais já escritos sobre o seu assunto de interesse. Para a pesquisa dos artigos, dissertações e livros que abordam a temática proposta e fazem parte deste estudo, foram usados os bancos de dados Google Acadêmico, Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Tendo isso em perspectiva, esse estudo estrutura-se em tópicos que abordam: o conceito e caracterização do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); as políticas e diretrizes de inclusão escolar; a formação de professores e as estratégias pedagógicas de inclusão.

3. Conceito e Caracterização do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

Durante o percorrer da história, o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) passou por várias fases de aceitação e recebeu diferentes nomes. No passado, as pessoas que tinham deficiência eram julgadas como “anormais”, seja qual fosse o tipo de deficiência, elas eram extirpadas do meio social ou até mesmo mortas (Ramos, 2010). Inicialmente, não haviam estudos mais aprofundados sobre o TEA, apenas o uso de termos para se referir a algum comportamento atípico. Em 1906 um psiquiatra chamado Plouller usou o adjetivo autista para se referir a seus pacientes que apresentavam um certo tipo de demência. Cinco anos depois, em 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler divulgou o termo “autismo” descrevendo-o como privações no contato com o ambiente e em relacionamentos interpessoais (Silva & Ribeiro, 2012).

Em 1943 o psiquiatra Kanner passou a observar o comportamento de algumas crianças. De acordo com o seu relatório de pesquisa, as 11 crianças observadas mostraram uma boa inteligência cognitiva, entretanto apresentavam certos comprometimentos na comunicação, linguagem, interação e na afetividade. O psiquiatra também observou que as crianças se mostravam muito obcecadas por um desejo de igualdade absoluta de rotina e ficavam muito chateadas com mudanças de qualquer tipo, elas também apresentavam hipersensibilidade a estímulos. No estudo do autor, ele supôs que havia influência de fatores ambientais, supôs também a influência biológica. Kanner o denominou como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo (Kanner, 1943).

Posteriormente, o médico chamado Asperger referiu-se ao autismo como um distúrbio hostil do desenvolvimento que afeta os interesses e atividades funcionais além de comportamentais prevendo, provavelmente, que possuíam uma forte influência genética. Dentre as dificuldades observadas por ele estão: afetividade, cognição social e má comunicação. De acordo com o estudo, as crianças também apresentavam restrições, repetições, padrões de interesses e comportamento. Para Asperger, havia a possibilidade de tratamento e inserção dessas crianças na sociedade, relacionando a psicologia com a educação. Outra

característica relatada nesse trabalho é que os sintomas desse distúrbio só apareceriam após os três anos de vida da criança (Asperger, 1944).

Em 1952, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-1), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, categorizou várias ocorrências do autismo como um subgrupo da esquizofrenia da infância, não o considerou como um quadro clínico distintivo (Dias, 2015). Com o passar dos anos, o conceito de “autismo” foi mudando, de acordo com o avanço das pesquisas. Elas identificaram variadas etiologias, graus de severidade e características variadas, deixando de ser considerado como doença de definição clara para ser incorporado a uma série de condições que incluem características semelhantes, que passaram a ser denominadas de Transtornos Globais (Abrangentes ou Invasivos) do Desenvolvimento (TGD) (D’antino, 2019; Belisário Filho & Cunha, 2010).

Atualmente o termo TEA é considerado o mais adequado para se referir ao “autismo”. A Associação Americana de Psiquiatria, divulgou no seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS-5) uma caracterização do TEA, nas quais estão presentes dificuldades na interação social e na afetividade. Além disso, a criança autista também apresenta dificuldades na comunicação e no desenvolvimento, bem como em manter amizades. Nesse manual, é abordada também a forma de diagnóstico do TEA, onde cada caso é examinado e anotado por meio do uso de especificadores, onde é possível que haja um melhor diagnóstico e mapeamento dos casos. Eles são organizados de acordo com o comprometimento da área intelectual e na linguagem, que são associadas a fatores biológicos, médicos ou ambientais (Tamanaha, et al., 2008).

Uma outra definição para o TEA é dada na Revista Autismo, em que ele é caracterizado como um distúrbio, que apresenta aspectos tão variados que é denominado como espectro. O nível de comprometimentos pode variar de leve até grave. Geralmente a criança autista mostra dificuldades em se socializar, em comunicar-se e apresenta também alguns comportamentos anormais e repetitivos (Schliemann & Spanholetto, 2013). De acordo com essa definição, há vários subtipos do transtorno e de graus de severidade variados. Vários quadros, como Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e transtornos desintegrativos podem aparecer, por isso, o TEA não pode ser considerado como um quadro clínico único.

Em 2012 foi instituída a Lei nº 12.764, que considera o indivíduo com Transtorno do Espectro Autismo portadora das seguintes características:

- I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (Brasil, 2012).

É importante ressaltar que as primeiras observações devem ser feitas pela família, observando a criança, seu comportamento e sua interação, isso não quer dizer que a família fará o diagnóstico, mas que é através das atitudes familiares que a criança vai ter a oportunidade de ter um diagnóstico clínico. Ela é a principal mediadora, pois quanto mais cedo for feito o diagnóstico, mais proveitoso será o tratamento e melhor será o desenvolvimento da criança.

Infelizmente, ainda hoje, há algumas famílias que chegam a negligenciar a condição da criança, não aceitando o diagnóstico e nem o tratamento. Por isso, muitas delas ainda vivem na era de total exclusão, sem condições dignas de viver e de se desenvolver. Outras, por sua vez, nunca se encorajam a procurar um médico, deixando a criança à mercê da sorte. Isso traz consigo várias consequências, dentre elas, a impossibilidade de um atendimento educacional mais especializado na escola, o aluno não consegue se desenvolver, tendo apenas sua mudança de série “facilitada” pela escola. Não ter um diagnóstico prejudica muito a criança com TEA e impede de haver a verdadeira inclusão. Além disso, o quadro clínico da criança pode ainda piorar pois a comunidade escolar não tem conhecimento do atendimento que essa criança precisa receber.

Geralmente a criança autista apresenta tendência ao isolamento, não demonstra afetividade com as pessoas de sua convivência e apresenta alguns distúrbios no seu comportamento. Se o aluno autista que não possui o diagnóstico é inserido numa sala de aula regular, sem o atendimento devido, as consequências podem ser irreversíveis (Schwartzman, 2011). Sobre as características da criança com TEA, Schwartzman (2011, p.3) destaca que “são déficits qualitativos e quantitativos, que embora muito abrangentes, afetam de forma mais evidente as áreas de interação social, da comunicação e do comportamento”.

Pela razão dos diferentes níveis de comprometimento nessas áreas, pode-se destacar uma outra área que pode ser comprometida: a área intelectual. Quando se fala do intelecto, a atenção se volta para a área educacional, pois a escola precisa dar assistência ao atendimento e desenvolvimento dessa criança, independentemente do nível de comprometimento que ela apresentar. É importante compreender como trabalhar com cada criança, a escola carece de um preparo para recebê-las e contribuir para o seu desempenho, garantindo sempre a inclusão dessa criança na rede regular, para que a mesma se desenvolva, interaja e o conviva com toda a comunidade escolar.

4. Inclusão Escolar: Política e Diretrizes

A Educação Especial vem sendo discutida no Brasil a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Nos últimos anos, muitas têm sido as conquistas, mas, apesar da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva recomendar que, as pessoas com deficiência devem ser inseridas, preferencialmente, no ensino regular, há muito o que ser melhorado na execução dessas leis e direitos. Por conta disso, muitos estudiosos têm voltado suas atenções para essa temática, observando se realmente ela acontece na prática (Brasil, 2008)

A educação inclusiva idealiza a escola como um local pertencente à todas as pessoas, independentemente das suas diferenças, onde os educandos edificam sua aprendizagem de acordo com suas habilidades, participam das atividades e se desenvolvem. Se trata de um processo de transformação que envolve todos que ali fazem parte da educação, como os professores, diretor, alunos, funcionários, e a própria comunidade.

Toda a escola deve estar empenhada para acolher o aluno com necessidades especiais. A Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, no artigo 27 traz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidade de aprendizagem (Brasil, 2015).

A inclusão escolar estabelece uma instituição de ensino em que todos os alunos sejam participantes ativos do processo educacional, adotando práticas que eliminam as barreiras que impeçam que isso aconteça. A escola comum enfrenta dificuldades na adaptação, pois as transformações necessárias ultrapassam as fronteiras da escola. De acordo com Jesus (2005), o principal objetivo na Escola Inclusiva é receber todas as pessoas que apresentam alguma necessidade especial distúrbios de aprendizagem. Todos têm direito à educação e à inclusão na sala de aula comum aos demais estudantes.

Desde 1988, a Constituição Federal assegura o acesso à educação como um direito de todos. Em seu art. 208, inciso III, institui o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). Portanto, o Estado deve articular suas ações para abranger a inclusão social na educação, prestando estruturas e condições suficientes ao desenvolvimento e formação cidadã da PCD. É importante ressaltar que o Estado brasileiro vem implementando as políticas educacionais asseguradas pela constituição, mas ainda longe do que se espera.

No artigo 206, inciso I, da Constituição também ficou estabelecido a “igualdade de condições não somente de acesso, mas também de permanência na escola” (Brasil, 1988). Ou seja, não basta somente que o aluno especial esteja inserido na rede

regular de ensino, é necessário que o aluno se sinta parte do corpo escolar, participando ativamente de tudo o que a escola propor aos demais alunos. Além disso, o Estado precisa garantir a permanência do aluno, desfazendo qualquer barreira ou limitação que o impeça de permanecer e se desenvolver.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, no artigo 59, inciso I determina que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996). Além disso, a LDB ainda decreta o acesso por igual aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis. Garante o atendimento educacional especializado às pessoas que necessitem de apoio. Portanto, qualquer pessoa que apresentar a necessidade de um atendimento diferenciado tem direito assegurado por lei.

Em 2015, a Lei 13.146/2015 traçou o conceito de deficiência e fortificou alguns direitos já existentes:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimento de longo tempo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de circunstâncias com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Portanto, qualquer pessoa que apresente dificuldade no aprendizado, seja por problemas físicos ou psiquiátricos, como consequência de alguma condição, possuem o direito a um programa de inclusão dentro da instituição de ensino. A escola na qual o aluno especial for matriculado tem a obrigação de promover o atendimento educacional especializado quando for solicitada. O problema é que muitas escolas ainda não oferecem o AEE, nem sequer possuem estrutura e profissionais para isso. Essa realidade é mais comum do que se imagina.

Em conformidade com o Ministério da Educação, através do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, que determina o direito a educação para todos, bem como o atendimento educacional especializado, estabelece no parágrafo 2:

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (Brasil, 2008).

Esse atendimento tem como objetivos reconhecer, desenvolver e sistematizar as estratégias pedagógicas e de acessibilidade, onde o foco é permitir o livre acesso e a permanência dos educandos na escola, sempre buscando conhecer suas necessidades. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não substitui a sala de aula regular, ele complementa e suplementa o desenvolvimento dos educandos. As tarefas realizadas no atendimento educacional especializado se distinguem daquelas feitas na sala regular (Brasil, 2008). Portanto, é importante salientar que o atendimento educacional de caráter especializado feito aos alunos não os isenta de estarem em sala de aula regular. O atendimento é feito como uma forma de apoio ao aluno. Ele precisa estar convivendo com outros colegas, dentro da mesma realidade, sem haver segregação.

Em concordância com o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil (Brasil, 2008, p. 15)

A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no artigo 3, inciso IV, garante “o acesso à educação e ao ensino profissionalizante dos indivíduos

autistas” (Brasil, 2012). Para Rabelo et al. (2011), incluir alunos com TEA é um trabalho árduo, isso porque eles apresentam algumas dificuldades na comunicação e na interação com o meio, o que torna esse processo ainda mais delicado. Apesar de todas as alterações que aconteceram nas políticas de inclusão ainda há profissionais da educação que ainda não conhecem o TEA e nem como receber os alunos com esta especialidade na escola. Isso porque, durante sua formação, não houve reflexão sobre práticas inclusivas.

Para que haja um bom desenvolvimento do aluno autista é necessário, em primeiro lugar, que o professor tenha conhecimento sobre esse público, saber dos seus interesses e suas necessidades (Chianca et al., 2016; Serra, 2010). Não é necessário somente saber o seu nome e a sua idade, mas é importante conhecer a história do aluno e sua vivência, para então a partir desse ponto poder trabalhar suas especificidades e desenvolver suas habilidades, superando as dificuldades.

De acordo com Pimentel (2014, p. 177), ainda existe uma ausência de conhecimento sobre o TEA por parte dos docentes, ele conclui que “os professores consideram-se despreparados e necessitam de ajuda para estruturação de práticas de ensino e de adequações curriculares, a fim de melhorar o desenvolvimento de linguagem, a interação social e aumentar a participação desses alunos em atividades acadêmicas”. Essa ausência de conhecimento acaba atrapalhando o desenvolvimento desse aluno e o trabalho do educador no ambiente da sala de aula, pois este fica sem estratégias para trabalhar com esse educando. Sendo necessário uma flexibilização dos currículos e o desenvolvimento de ações específicas voltadas para prática da inclusão para suprir essa falta de conhecimento.

5. Formação de Professores e Estratégias Pedagógicas de Inclusão

Falar de inclusão escolar permite se fazer uma reflexão sobre o papel do professor na sala de aula, pois ele é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento do aluno, sendo o mediador do conhecimento. Para ensinar o aluno com deficiência é importante que o professor compreenda o que exatamente produz a exclusão, para então poder desenvolver práticas pedagógicas que asseguram a inclusão desse aluno no âmbito escolar (Mendes, 2006). Quanto a isso, é necessário que o professor tenha uma formação que permita essa reflexão, essa oferta deve ser feita durante seu curso.

A resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, no parágrafo 3, inciso II, dispõe que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais [...]”. Ou seja, a formação docente deve também voltar sua atenção às diferenças permitindo conhecimentos sobre as particularidades dos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, inciso III, determina que “os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 2005). É um direito do professor em formação ter acesso na obtenção de conhecimento sobre a diversidade de pessoas na qual ele irá lidar. Muitas vezes a família culpa o professor por um atendimento ineficiente, mas na verdade nem sempre ele é culpado, isso porque durante sua formação muitos não têm o preparo adequado para lidar com certas situações, infelizmente, ainda é algo muito comum de acontecer.

Rodrigues et al. (2012), analisando a respeito das concepções e práticas de professores sobre a inclusão escolar de alunos autistas concluíram que é possível perceber que ainda há ausência de conhecimento mais específico sobre o TEA e que essa realidade ainda é nova para os professores. São apresentadas dificuldades como saber agir diante do aluno com TEA e também na interação entre escola e família. É importante a formação continuada a fim de melhor preparar os professores para atuar em classes inclusivas, ou seja, o professor precisa estar preparado para saber lidar com cada tipo de especialidade. Para

isso, de acordo com Santos (2016, p.20), “o professor da escola regular deve estar aberto para fazer adaptações curriculares incluindo práticas pedagógicas que venham a oferecer respostas às necessidades de cada aluno”.

Apesar da ocorrência de algumas mudanças no sistema educacional nos últimos anos com foco na inclusão, ainda existem muitas limitações que impossibilitam o processo de inclusão do aluno autista na escola regular. Rodrigues et al. (2012) afirma que ainda há precariedade dos sistemas, salas com um número de alunos além do que possa suportar, estrutura física desfavorável, falta de preparação do professor, dificuldade individual (do aluno e dos docentes) e a ausência de material e direcionamentos adequados para o trabalho.

Sem a preparação do professor, as práticas em sala de aula tendem a permanecer tradicionalmente, sem perspectivas de inclusão (Serra, 2010). Quando uma escola recebe um aluno autista ela precisa oferecer todo o apoio e atendimento necessário a esse educando. Não é a criança que precisa se afeiçoar aos métodos da escola, pelo contrário, é a escola que precisa se adaptar para recebê-la. Para que haja uma inclusão efetiva a escola necessita promover as adaptações curriculares propostas. Além disso, necessita ter estrutura e profissionais capacitados, ter um corpo escolar que saiba o que é a inclusão e que conheça as peculiaridades de uma criança com TEA.

Para escolher a estratégia de ensino do educando autista é importante, primeiro conhecer a necessidade e as características da criança, buscando elaborar a melhor forma de trabalhar com ela, adaptando suas estratégias de ensino e suas formas de avaliá-la, pois é necessário adotar uma forma na qual ela não seja prejudicada e consiga se desenvolver. De acordo com Capellini et al. (2016), o professor terá de buscar diferentes formas de conhecimentos, estratégias e recursos para tornar sua prática pedagógica mais inclusiva, favorecendo ao aluno uma aprendizagem de qualidade significativa.

Segundo Benini e Castanha (2016, p.18), existem algumas ações que podem ser implementadas na escola, na perspectiva da inclusão do aluno autista, dentre elas estão:

Realização de reuniões regulares entre os envolvidos no atendimento dos estudantes com autismo; a comunicação entre professores e família com o uso de instrumentos como agendas, cadernos e outros, sob a orientação dos multiprofissionais que já atendem estes alunos junto aos professores e equipes pedagógicas das instituições; a criação de espaço para formações e grupos de estudos sobre a temática buscando estratégias viáveis e efetivas de atendimento aos alunos com TEA; um olhar dos pedagogos para o currículo aplicado nas escolas regulares que possuem alunos com deficiências, como o autismo; a proposição de mudança nas metodologias, utilizando e oferecendo materiais de apoio, readaptando espaços.

Essas implementações não são isoladas, mas envolvem toda a comunidade escolar, necessitando do empenho de todos os envolvidos na educação do educando autista. É imprescindível o planejamento de práticas na sala de aula regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que possa compreender e atender as peculiaridades do educando, ativando sua autonomia na vida familiar, escolar e social. É necessário também avançar na formação continuada dos professores, para que assim, possam conhecer mais profundamente sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e agir de forma correta e satisfatória, por meio de capacitações e com ajuda especializada (Costa, 2017).

Morgado (2011) apresentou várias estratégias que um professor deverá adotar perante crianças com TEA, dentre elas os recursos visuais como uma forma de trabalhar os conteúdos, pois estas crianças têm uma boa memória visual. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) também se mostram como bons aliados no bom desempenho dos educandos, sendo necessário que as escolas estejam dotadas de equipamentos informáticos, nomeadamente computador e data show.

É fundamental a promoção de comunicações alternativas para o educando autista, por isso surgiu a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Segundo relata Passerino et al. (2013, p. 7):

Esses sistemas de comunicação podem ser uma “ponte” na comunicação humana, ao se constituírem como instrumentos de mediação. Porém, cabe destacar que tal “ponte” não se sustenta meramente na tecnologia, senão que é necessário

que o recurso seja bem alicerçado numa metodologia alinhada com a perspectiva teórica que contribua no processo de desenvolvimento da linguagem.

As Tecnologias Assistivas também são recursos importantes no processo de aprendizagem dos alunos com TEA, mostrando-se eficientes no aperfeiçoamento da linguagem, comunicação, oralidade e raciocínio lógico. Entretanto, esses benefícios só são compreendidos quando trabalhados de forma correta e no contexto adequado (Bettio et al., 2020).

Atualmente, é possível utilizar alguns métodos que ajudam na inclusão de alunos com espectros autistas como o TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação) que:

Baseia na organização do ambiente físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas - e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-lo, assim como compreender o que se espera dela. (Mello, 2004, p. 36).

Esse método emprega uma forma de teste conhecido como PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) identificando as especialidades e as necessidades de cada aluno autista de forma individual (Mello, 2004). A partir dessa identificação é possível mapear os obstáculos presentes para então trabalhar na elaboração de estratégias que promovam o desenvolvimento do aluno.

O PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras) também se mostra eficiente no progresso de educandos com TEA, pois é uma técnica que possui a finalidade de instigar os alunos autistas que possuem dificuldade na comunicação a interagirem usando figuras dispostas em cartões. É um método alternativo, acessível aos professores de qualquer rede, seja pública ou privada, pois para confecção desses cartões de comunicação são necessários apenas materiais de baixo custo. Com isso é possível contribuir para a interação do aluno, conseqüentemente, para sua inclusão, pois o ele pode estar se comunicando com o professor e com a comunidade escolar (Cunha, 2014).

A Análise Aplicada do Comportamento (ABA) também possibilita a intervenção com ações que ajudam na interação do educando autista, sendo necessário uma análise antecipada antes de sua execução. Para Nascimento e Souza (2018, p.13):

A avaliação consiste em uma descrição abrangente do repertório atual de comportamento para, a partir dele, planejar um currículo de intervenção, visando aos comportamentos-alvo e o desenvolvimento de habilidades de comunicação, motoras, sociais, acadêmicas, de vida diária e a diminuição de comportamentos disruptivos.

Tem o objetivo de analisar e entender a relação entre o comportamento e a aprendizagem do sujeito, com o intuito de mudar comportamentos específicos para que haja o ensino das habilidades. Geralmente a habilidade que se deseja ser ensinada é aquela que o aluno ainda não tem, o ensino é feito através de etapas e esquemas bem organizados (Cunha, 2014). Pode-se perceber que hoje o professor dispõe de muitos materiais para consulta, entretanto, é importante observar que nem todas as escolas têm estruturas, muito menos recursos para usar no atendimento aos alunos autistas. Além do mais, falta capacitação para esses professores e também para os funcionários das escolas.

Geralmente, os professores mais tradicionais costumam apresentar mais dificuldades pois eles não tiveram uma formação que abordasse o conceito de educação inclusiva, por isso a importância de investimento na formação continuada destes, bem como a capacitação dos profissionais que fazem parte do processo educacional. Vale a pena ressaltar que só isso não é suficiente, é necessário que a escola tenha estrutura suficiente para receber esses alunos e salas de Atendimento Educacional Especializado, pois é ali que o aluno autista vai receber um apoio individual e vai ter suas potencialidades trabalhadas. É importante que todos trabalhem em conjunto, gestores, professores, funcionários e alunos, pois para que o desenvolvimento do aluno seja satisfatório é fundamental que ele se sinta realmente incluído na escola, sem estar simplesmente ocupando uma cadeira, mas participando efetivamente de tudo que a escola realizar.

6. Considerações Finais

Diante dessa pesquisa pode-se observar que o termo “autismo” passou por uma série de mudanças, isso porque as pesquisas foram sendo aprofundadas com o passar do tempo. Pode-se destacar que o TEA envolve uma variedade de características similares, por isso não é considerado como um estado clínico único, mas sim como um espectro. O TEA pode se demonstrar com a presença de dificuldades na comunicação, na afetividade, no convívio social e no desenvolvimento evolutivo da criança, por isso é importante que a escola conheça e ofereça a esse aluno todo o atendimento e apoio necessário. A criança autista se mostra muito reprimida, sem interesse nas relações sociais, isso requer uma atenção especial de toda a comunidade escolar para que ela se sinta incluída de forma efetiva.

Para que haja um bom desenvolvimento da criança é importante investir em práticas pedagógicas de inclusão, requerendo um trabalho em conjunto dos gestores, dos professores de sala regular e dos professores de AEE, além da família, que tem uma influência muito grande no processo educacional. Entretanto, é necessário que os professores e funcionários da escola tenham conhecimento das peculiaridades do aluno autista, pois atualmente é comum encontrar professores que não sabem lidar com a diversidade de alunos e nem conhecem as necessidades específicas destes. Além disso, pode-se encontrar, ainda hoje, escolas que não têm estrutura pra oferecer ao educando a oportunidade de se desenvolver, não possuindo o básico para isso, a sala de AEE.

Por isso, a instituição de ensino precisa se adequar às mudanças fundamentais de acordo com as diretrizes. Principalmente na oferta de formação continuada para os professores tradicionais, já com uma ampla experiência e convivência no âmbito escolar, e para aqueles que estão em formação nas universidades, a oferta de reflexões sobre a educação inclusiva, isso já é garantido por lei. Para desenvolver práticas pedagógicas na escola é necessário um planejamento de toda a comunidade escolar, com a promoção de reuniões e discussões a fim de chegar a um denominador comum, sempre tendo como objetivos o bem estar, o desenvolvimento e a inclusão do aluno autista.

O professor deve sempre estar buscando aprofundar-se na temática da inclusão, desenvolvendo métodos para garantir a participação dos educandos, apesar dos educandos autistas apresentarem dificuldades de comunicação, hoje é possível ter acesso a vários recursos suplementares como TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação), PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), ABA (Análise Aplicada do Comportamento), Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), além de Tecnologias Assistivas eficientes.

Pode-se concluir que o processo de inclusão de alunos autistas ainda tem acontecido de forma muito lenta, principalmente quando comparado a outros países. Ainda há muito o que ser melhorado na efetivação da inclusão, apesar de haverem muitas leis que asseguram tanto o acesso quanto a permanência desse público na escola regular. É necessário que haja um acompanhamento mais efetivo por parte das autoridades competentes, além disso é importante que haja um olhar especial por parte dos governantes quanto ao investimento em políticas públicas de inclusão, pois muitas escolas são carentes de recursos, estrutura e profissionais capacitados. Além disso pode-se afirmar que há a necessidade de mais estudos sobre o TEA e suas características, assim como desenvolver mais pesquisas na área de inclusão educacional.

Esse estudo torna-se relevante no âmbito educacional, pois através dos dados expostos é possível ter uma melhor compreensão das características do portador de TEA, além disso, permite um conhecimento mais amplo das leis e diretrizes que asseguram a inserção do aluno autista na escola regular.

Referências

Asperger, H. (1944). Die “Autistischen Psychopathen” im Kindesalter. *Archiv für psychiatrie und nervenkrankheiten*. 117 (1), 76-136.

- Belisário Filho, J. F. & Cunha, P. (2010). A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais de desenvolvimento1. In: *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais de desenvolvimento*. 40.
- Benini, W. & Castanha, A. P. (2016). A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades. *Cadernos PDE*. Paraná. 1.
- Bettio, T. & Giacomazzo, G. F. (2020). A Tecnologia Assistiva e a aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista: Análise das pesquisas. *Revista Saberes Pedagógicos*. 4 (1), 260-280.
- Brasil, MEC. (2008). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. *Inclusão: revista da educação especial*, 4 (1). <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146*. República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.
- Brasil. (2005). *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Senado Federal. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>.
- Brasil. (2002). *Resolução CNE/CP 1*. Conselho Nacional de Educação. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf.
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.764*. Senado Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.
- Capellini, V. L. M. F., Shibukawa, P. H. S. & Oliveira Rinaldo, S. C. (2016). Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista. In: *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207. 87-94.
- Costa, F. B. L. (2017). *O processo de inclusão do aluno autista na escola regular: análise sobre as práticas pedagógicas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Cunha, E. (2014). *Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família*. 5ª ed. RJ: Wak Ed.
- Chianca, M. M. N., Silva Campos, C. L. C. & Santos Campos, A. (2016). Um estudo de caso acerca do autismo e o processo de aprendizagem na escola EMEF Arthur Bispo do Rosário em Aracaju/SE. *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*. v. 9 (1).
- D'antino, M. E. F. (2008). Interdisciplinaridade e transtornos globais do desenvolvimento uma perspectiva de análise. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*. 8 (1).
- Dias, S. (2015). Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade. *Rev latinoam psicopatol fundam* [Internet]. 307-313.
- Jesus, S. (2005). *Inclusão escolar e a educação especial*. <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf>.
- Kanner, L. et al. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous child*. 2 (3) 217-250.
- Nascimento, G. A. & Souza, S. F. (2018). A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): possibilidades de intervenção psicopedagógica através da Análise do Comportamento Aplicada. *Paidéia*. 13 (19).
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 2017. 8ª ed. 43-44.
- Mello, A. M. S. (2004). *Autismo: guia prático*. 4.ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE.
- Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. 11 (33), 387-405.
- Morgado, V. L. M. P. (2011). Estratégias a utilizar para promover a inclusão escolar de um aluno com autismo. Dissertação de Mestrado.
- Passerino, L. M., Bez, M. R. & Vicari, R. M. (2013). Formação de professores em comunicação alternativa para crianças com TEA: contextos em ação. *Revista Educação Especial*. 26 (47), 619-638.
- Pimentel, A. G. L. & Fernandes, F. D. M. (2014). A perspectiva de professores quanto ao trabalho com crianças com autismo. *Audiology-Communication Research*. 19 (2), 171-178.
- Portal de notícias G1. (2019). Número de alunos com autismo em escolas comuns cresce 37% em um ano; aprendizagem ainda é desafio. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-em-escolas-comuns-cresce-37percent-em-um-ano-aprendizagem-ainda-e-desafio.ghtml>.
- Rabelo, L. C. C. & Santos, R. T. (2011). Ensino colaborativo e a inclusão do aluno com autismo na educação infantil. *Anais do VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial*. 8, 1915-1924.
- Ramos, R. (2010). *Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva*. São Paulo: Summus.
- Rodrigues, I. B.; Moreira, L. E. V. & Lerner, R. (2012). Análise institucional do discurso de professores de alunos diagnosticados como autistas em inclusão escolar. *Psicologia: teoria e prática*. 14 (1), 70-83.
- Santos, F. N. (2016). *Práticas pedagógicas no processo de inclusão de um aluno com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na Escola Estadual Padre Edmund Kagerer*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Serra, D. (2010). Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular: Quando o campo é quem escolhe a teoria. *Revista de Psicologia*, Fortaleza. 1 (2), 163-176.

Silva, E. B. A. & Ribeiro, M. F. M. (2012). Aprendendo a ser mãe de uma criança autista. *Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde*. 39 (4), 579-589.

Schliemann, L. R. R & Spanholetto, P. (2013). A associação da estimulação de linguagem e da atividade motora no trabalho com crianças dentro do espectro autista. *Revista Autismo*. 3 (4), 15.

Schwartzman, J. S. & Araujo, C. (2011). Transtornos do espectro do autismo: conceitos e generalidades. In: *Transtornos do Espectro do Autismo*. São Paulo: Memnon.

Tamanaha, A. C.; Perissinoto, J. & Chiari, B. M. (2008). Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*. 13 (3), 296-299.